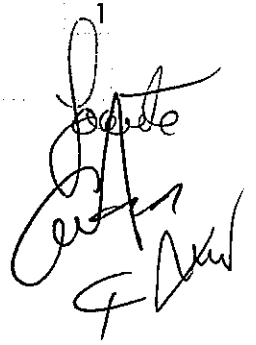


SESSÃO ORDINARIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ACTA N.º 5/2014  
(CONTÉM 35 PÁGINAS)



Por convocatória da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 17 de novembro de 2014, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.45 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata da sessão de 29 de setembro de 2014;
4. Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015. Análise e Aprovação;
5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (ano de 2015);
6. Derrama para vigorar em 2014;
7. Imposto Municipal sobre Imóveis - taxas a liquidar em 2015;
8. Participação variável do IRS, ano de 2015;
9. 2ª Revisão Orçamental do ano de 2014;
10. Auto de Cedência e de Aceitação, a celebrar entre o Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças e o Município de Miranda do Douro;
11. Assunção de Compromissos Plurianuais, referente ao Ajuste Direto - Estrada Municipal Picote a Vila Chã;
12. Assunção de Compromissos Plurianuais, referente ao Ajuste Direto - Estrada Municipal 1128;
13. Proposta de Transformação da Sociedade Miranda Cultural e Rural, E.M.;
14. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Verificou-se a ausência dos seguintes membros: Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues e Sérgio Filipe Miranda João, ambos apresentaram pedido de justificação de falta, as quais foram consideradas justificadas. -----

*AM*  
*AM*  
*AM*

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, José Carlos Macedo em substituição de António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, José Maria Pino em substituição de Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, estiveram presentes os Senhores Vereadores Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Registando-se quórum, a Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos.-----

**1. INFORMAÇÕES;** -----

A Presidente da Mesa confirmou que o Processo do Tribunal de Contas, foi arquivado. Solicitou a troca dos pontos 4 e 8 na Ordem de Trabalhos, o que foi aceite por unanimidade, passando a ser :-----

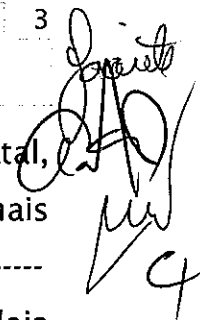
4.Participação variável do IRS, ano de 2015;

8.Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015. Análise e Aprovação;

Não havendo mais informações, passou de seguida ao período antes da Ordem do Dia. -----

**2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;** -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----



**António Carção**, aproveitou esta reunião por ser a ultima antes do Natal, para desejar a todos um Feliz Natal, com mais compreensão, mais solidariedade e um Bom Ano Novo. -----

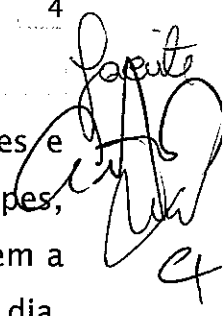
De seguida, fez um reparo sobre o funcionamento da última Assembleia Municipal dirigido à Mesa. Referiu que chegou 12 minutos atrasado, e como tinham fechado as inscrições para o período antes da Ordem do Dia, não falou de dois assuntos por já ter passado o período. Refere então que houve três intervenções depois da sua chegada e que não acha correto. Que a Presidente da mesa devia perguntar se mais alguém queria intervir. Espera que isto não se repita. -----

Outro assunto referido, uma palavra de congratulação por mais um Património Imaterial da Humanidade – o Cante Alentejano. É da opinião que, não estão só os alentejanos, estão os portugueses, a nossa cultura e o nosso património de parabéns. Deixa um apelo à Câmara, que está na altura de fazer algo pela nossa língua, de a mostrar ao mundo. Falou ainda do reconhecimento em Espanha da Capa D´Honra Mirandesa, com uma condecoração ao Sr. Aureliano Ribeiro, dando também os Parabéns. -----

Terminou com uma questão relativamente ao IC5, se o Presidente da Câmara terá algo a dizer sobre a sua ligação a Espanha, pergunta se há novidades. -----

O deputado **Mário Torrão** disse que o que vai apresentar não é da competência específica da Câmara mas, por um pedido formulado por alguns municípios da União de Freguesia de Constantim /Cicouro. Sabe que na Lei que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais no seu artº 23º nº 2, a atribuição de competências no domínio das comunicações, educação, saúde e proteção civil, para além de outras são dos Municípios. O caso que se refere, trata apenas das comunicações, cuja sua falha implica outras áreas, nomeadamente a educação, a saúde e a proteção civil. Concretamente, a dificuldade das comunicações, como seja, as crianças e jovens na idade escolar necessitam em permanência de uma rede de internet, que lhe permita para além de um aperfeiçoamento no manuseamento das tecnologias informáticas,

uma consulta célere e clara no âmbito das suas necessidades curriculares e formativas. Sendo também este serviço importante para todos os municípios, disse. Na sua freguesia essas redes funcionam com deficiência como também a rede móvel de telefones. Deu alguns exemplos da sua necessidade hoje em dia. Deixa o apelo à Câmara para a sua intervenção junto dos vários servidores, para que a situação melhore. Terminou questionando o executivo o que pode fazer neste âmbito. -----



**A Presidente da Mesa** referiu ser uma realidade diária, não só nas aldeias como também na cidade. -----

**José Almendra**, referiu ter uma serie de questões a colocar a nível geral, nomeadamente, se a toponímia é necessário ou não ser aprovada na Assembleia de Freguesia. -----

Sobre as taxas, diz haver uma diferença das mesmas a cobrar nas diferentes freguesias, havendo freguesias que não têm aprovado o regulamento das taxas. Pensa que é importante uniformizar as mesmas, pedindo a colaboração da Câmara para fazer uma postura das taxas e depois os valores serem acertados em cada freguesia, principalmente na questão dos atestados, nas licenças dos cães e feiras. Refere haver determinadas taxas que são comuns a todos, e não se justificar, não ser uniforme o preço a todas as freguesias. Acha que é importante reunir a Câmara com as freguesias para atribuir competências em alguns serviços, principalmente com a união de freguesias de Sendim e Atenor, já que, Sendim também tem trabalhadores e por vezes acontecem conflitos.

**Marcelino Antão**, agradeceu ao executivo pela obra feita em Genísio, diz ser uma obra que não se vê, mas ser muito importante para a população. Refere que tinham muitos problemas no Verão com a falta de Água e a Adutora Malhadas/Genísio veio resolver esses problemas. -----

Solicitou ainda apoio para o arranjo do telhado do Salão de Festas. -----

Sessão de 28 de novembro de 2014

**Ivete Martins:** "Senhora Presidente e Senhores deputados municipais, neste ponto quero abordar os seguintes temas:-----

Já passou um ano do exercício deste Executivo e desta A.M., felizmente aí estão as Atas para avaliar os fatos.-----

Respostas Pendentes do Senhor Presidente de Câmara: -----

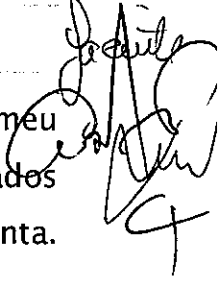
Ao longo de um ano fiz várias intervenções e coloquei várias questões. Não há registo de que alguma tivesse sido respondida. É hora do Senhor Presidente refletir neste tema e interiorizar os deveres do seu mandato. -----

Ao longo de um ano dediquei-me a analisar a documentação que nos é remetida e nesta sequência lancei alertas, apontei caminhos e preocupei-me em defender os superiores interesses dos Mirandeses e da imagem do concelho. Este Executivo tem promovido a divulgação ideias, propostas e projetos que na generalidade das situações não explica, não seleciona e não estuda devidamente. Depois como já nos habituou recua ou abandona sem explicação. Todos conhecemos vários exemplos.-----

Senhor Presidente, quero deixar-lhe um outro alerta a bem dos superiores interesses do Concelho. Temos aí novo programa de fundos comunitários e sabemos que nos seus mandatos não tem tido muito sucesso com projetos participados. É hora deste Executivo Camarário se mexer e trabalhar exaustivamente no que será a ultima oportunidade para aproveitar esses recursos disponíveis. É este um tema não tratado no Orçamento de 2015. -----

Disponibilizo-me a ajudar, isto para o bem do Concelho. Temos um Concelho carente de políticas publicas eficazes. A governação Camarária tem um papel relevante a exercer e podia-lhe dar o exemplo de diversos Executivos Camarários bem sucedidos, mas simplesmente lhe recomendo que reveja a prestação da sua colega de Alfandega da Fé, que tem vindo a ser realista nas proposta e tem construído, com trabalho, uma imagem excelente do seu concelho como prova: os Indicadores de transparência publicados recentemente; o facto de estar a atrair investimento privado de qualidade - inauguração recente de um investimento produtivo privado, não de lazer ou de consumo, de 1,5 Milhões de Euros. -----

Dos temas de risco abordados ao longo de um ano destaco: -----



Porque me preocupa a situação tentarei ser moderada no meu pronunciamento e tenho como objetivo sensibilizar todos os Deputados Municipais para os problemas que se avolumam e que o Município enfrenta. Destaco alguns temas que, apesar da fraca qualidade da informação que nos prestam, me tem sido permitido descortinar e que terão consequências negativas sérias para a vida do Concelho se não se atuar em conformidade: -----

Constata-se uma degradação das condições financeiras do município e não há um verdadeiro programa de contenção de custos. O ROC tem confirmado estes alertas e as anomalias anuais, reportadas em relatório, são sempre as mesmas. Não há evidência de que se esteja a trabalhar na implementação destas recomendações como seria normal esperar. O Senhor Presidente pode proferir que a Conta Analítica (Como erradamente registou em Ata da Sessão da A.M. anterior quando seria bem Contabilidade Analítica) é a solução para implementar as recomendações antigas do ROC, mas eu digo-lhe que a implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica é uma pequena parcela do conjunto das recomendações que o ROC emitiu. Se aceitar o desafio podemos debater este tema em detalhe. -----

Entre outros os indícios referentes à degradação financeira do Município ver o últimos relatório do ROC, a situação muito preocupante da empresa Municipal, o alerta precoce da DGAL, as 22 modificações do orçamento, a baixa nas receitas insertas no orçamento para 2015, um enorme encargo com os custos com pessoal, uma rubrica não controlada de Gastos em bens e serviços e um peso crescente da subsídio dependência ou similares das Associações do Conselho.-----

Apelo aos Deputados Municipais que tomem consciência do agravar da situação e do que isto pode representar no futuro. Senhor Presidente, com objetivo de avaliar da extensão do alerta precoce que recebeu da DGAL pedia-lhe que nos facultasse uma cópia do original dessa comunicação.-----

A manutenção de projetos sem a racionalidade devida. -----

É tempo de perceber que os investimentos em equipamentos de lazer acabou. A economia regional precisa de investimentos em equipamentos de produção de bens transacionáveis. Qualquer economista ou simples autarca lhe

Sessão de 28 de novembro de 2014

dirá que continuar a investir no alcatrão e equipamentos de lazer, mesmo que abrindo uns e fechando outros, é um erro que se pagará caro. Já se devia ter percebido isso. Os recursos endógenos são todos os que se produzem ou produzem no concelho. Mas para os ter é preciso preservar e produzir. -----

Promova-os e proteja-os.-----

Orçamento participativo.-----

É hora dos Mirandeses se pronunciarem quanto aos projetos que se teima anunciar e incluir nos Orçamentos.-----

Dou como exemplo os 3 parques industriais para o Concelho que sem o devido estudo, análise e ponderação transformam esta decisão num erro. O povo do concelho de Miranda tem de se pronunciar quanto a esta questão. Se há a expectativa de que os mesmos podem ser financiados pelos novos fundos comunitários será melhor ponderar porque antevero que dificilmente algum decisor juntará parecer favorável a concordar e a aprovar tais projetos. No orçamento de 2015 há verbas afetas a estes projetos mas estas serão insuficientes para a sua concretização total. Desta forma deixo a sugestão de que não se deveriam utilizar estas verbas sem que houvesse a garantia de uma probabilidade elevada na realização destes projetos dado que a perceção atual é de que irão ficar na gaveta. -----

Por outro lado a minha sensibilidade é de que, em orçamento participativo, Miranda lhe reclamaria políticas ativas de promoção do comércio que definha todos os dias e não se vislumbra algum tipo de atuação por parte deste Executivo. -----

Saúde pública:-----

Senhor Presidente é hora de informar esta Assembleia da real qualidade da água de consumo do Concelho. O problema do arsénio continua em Orçamento e é hora de encarar este tema em definitivo. -----

Proponho que se agende para uma próxima Assembleia Municipal um ponto único sobre os riscos de saúde pública do Concelho e sobre este tema e outros associados, nos preste a informação de que dispõe bem como as medidas de correção que se propõe tomar.-----

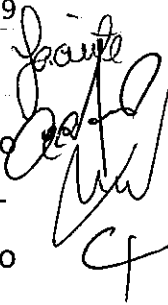
**Ezequiel Raposo**, a sua intervenção diz ter a ver com o que podia ter sido feito, e que neste últimos 5 anos nada foi realizado, referindo-se em particular ao estado degradado das ruas da sua freguesia, Póvoa. Não teve qualquer intervenção e limpeza das mesmas. Perguntou o porquê, já que, acha que essa responsabilidade é do Município. Refere que a Câmara tem dualidade de critérios, porque umas freguesias têm tudo e outras, nada têm, e diz estar a falar de obras, arranjos e limpeza nas diversas freguesias. Terminou questionando o Presidente da Câmara, o que está previsto fazer na sua freguesia. -----

**Alberto Martins**, a questão que abordou está relacionada com a saúde, concretamente na localidade de Palaçoulo, que face à interrupção do funcionamento da Extensão de Saúde, com um número significativo de pessoas que se encontram sem médico de família, gostaria de ter alguma indicação clara por parte do executivo, sobre os procedimentos a seguir por parte da população que se encontra nesta situação, pois enquanto cidadãos e utentes não sabem o que fazer. Pergunta: dirigimo-nos ao Centro de Saúde de Miranda e escolhemos outro médico? Diz ainda: se o fizermos, não perderemos escala e não contribuimos para o encerramento da extensão de saúde local? -----

Diz saber, que a responsabilidade do funcionamento da extensão de saúde, tal como a atribuição do médico de família é da tutela do Ministério da Saúde, mas considerando o arrastar da situação e a sensibilidade desta questão, supõe que o Município tenha definida uma estratégia de atuação e todos os interessados gostariam de a conhecer. -----

**Antero Besteiros**, questionou o executivo sobre o terminar, com o abuso de certos automobilistas, que circulam sem escrúpulos, no dia a dia, nas ruas onde é proibido o trânsito, nomeadamente, nas ruas da Alfandega e 25 de Abril. Solicita ao executivo, que sejam tomadas medidas para punir esses automobilistas. Refere que a Câmara gastou muito dinheiro para o arranjo das mesmas ruas e estão a ser conspurcadas. -----



9  
  
CF

Felicitou o Município pela realização de dois eventos muito importantes no Concelho, como sejam, o Mercado Rural e as Jornadas Micológicas. -----

No que diz respeito ao Mercado Municipal, falou que foi feito com o intuito dos pequenos hortelãos exporem e venderem os seus produtos, e que estava a ser desperdiçado esse espaço, com a realização do Mercado Rural, voltou a chamar esses produtores. Frisou que correu muito bem o evento e que os mesmos solicitaram a realização de um outro. -----

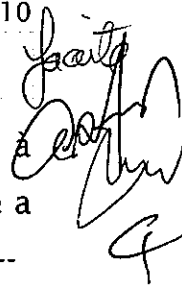
Sobre as Jornadas Micológicas, referiu que teve bastante aderência, não só de pessoas do Concelho, mas também de fora. Reparou nesse encontro, que as bermas da estrada São Martinho/Naso necessitam ser limpas, solicitando à Câmara a sua intervenção. -----

Outro assunto mencionado, foi a necessidade de tratamento das madeiras do Pavilhão Multiusos das alas laterais, lembrou que já tinha falado sobre este assunto com a Vereadora Anabela Torrão, porque as madeiras já estão a apodrecer. Acrescentou que também há tratamento de madeiras a fazer nas pontes do trajeto pedonal do Parque do Fresno, no percurso pedonal da Pousada à Antiga Alfândega. -----

Falou ainda, que recentemente se verificou um desprendimento de rochas junto à Barragem, solicitando à Câmara que diligencie junto da Estradas de Portugal para resolver o problema, que se verifica com alguma frequência, principalmente no Inverno. -----

Relativamente à Casa dos Cantoneiros, chama a atenção pelo seu estado degradado, refere que há uma placa de início de obra há muito tempo, mas que não se vê obra alguma. Questiona se há meios para obrigar o proprietário de iniciar a obra ou melhorar o estado da casa, já que não embeleza uma entrada na cidade. -----

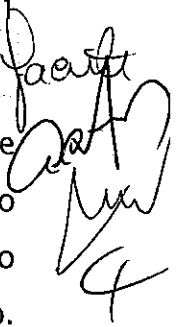
Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã e também o Município pela obra de pavimentação que estão a executar nessa freguesia, assim como a construção dum novo depósito de água, que permitiu o melhoramento do abastecimento de água naquela freguesia. Louvou ainda o respetivo Presidente da Junta pelo asseio e limpeza das ruas e de Vila Chã e na respetiva freguesia. -----



**Carlos Ferreira**, relativamente às derrocadas de pedra frequentes, junto à Barragem, lembrou já ter falado no assunto nesta Assembleia, e sugere que a Câmara mova um processo à Estradas de Portugal. -----

Falou também da classificação de património cultural e imaterial do cante alentejano. Referiu uma reunião, realizada no mês de Junho em Mértola, com o Dr. Amadeu Ferreira, Dr. Cláudio Torres, que é o mentor de toda a candidatura do Cante a Património da Humanidade, foi membro do Comité de Classificação Imaterial da UNESCO e com a Dra. Manuela Barros Ferreira, que foi a Coordenadora da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. A referida reunião foi relacionada com a questão do Património Imaterial. Informou que já na altura, o Dr. Cláudio Torres referiu que a candidatura do Cante Alentejano tinha todas as condições para ser aprovada, o que veio a acontecer. Em relação a Trás-os-Montes, que existem dois temas que podem merecer aprovação, se um dossier for bem elaborado e bem estruturado, sendo um tema a língua e a cultura mirandesa, o outro, os ritos mascarados transmontanos, ritos solsticiais. Ambas têm a ver com a prática das pessoas, refere. Falou da disponibilidade do Dr. Cláudio Torres para ajudar nesta temática, tendo também o Presidente da Câmara ficado sensibilizado e mostrado a sua disponibilidade para fazer parte. Rematou dizendo que nós temos Património Imaterial e Cultural que é digno de classificação de Património Imaterial da Humanidade. -----

**Presidente da Câmara**, para responder aos Srs. deputados, em relação ao IC5, que o Município de Miranda do Douro preside a Associação dos Municípios Ribeirinhos do Douro, e faz parte da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET), e na reunião realizada em Carceres, o Município propôs que para inserir na RIET e também nos assuntos a discutir na próxima Cimeira Ibérica, o IC5 com as duas opções, por Aliste ou por Saiago, inseriram também a questão do cidadão transfronteiriço dos Municípios Ribeirinhos do Douro, também sobre um projeto de um único Douro. Aguarda que os governos Português e Espanhol aceitem a proposta e discutam estes assuntos na Cimeira Ibérica definindo o Governo Espanhol onde o querem receber. -----

11  


Relativamente às telecomunicações, referiu que estão a trabalhar nesse sentido com a instalação da Fibra Ótica, e em simultâneo está em execução uma antena da Vodafone em Ifanes e também uma antena da TMN, por isso ficará resolvido o problema das telecomunicações na parte Norte do Concelho. Informou ainda que está a decorrer em paralelo um concurso público, que prevê a instalação de antenas em todas as sedes das juntas de freguesia, para um serviço móvel mais eficaz. -----

Sobre a Toponímia, passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão por fazer parte da Comissão da mesma. -----

**Vereadora Anabela Torrão**, disse que remeteram aos Presidentes das Juntas, os documentos com as denominações das vias propostas, para apreciação e aprovação em Assembleia de Freguesia para posteriormente ser enviada à Comissão de Toponímia e ser submetido a esta Assembleia Municipal para aprovação. Informou que já têm algumas deliberações de Assembleias de Freguesia, ficando a aguardar as restantes. -----

**O Presidente da Câmara** continuou a sua intervenção para falar sobre as taxas das freguesias de não querer intervir na gestão das mesmas, pensa que cada freguesia deve ter autonomia para rever as suas taxas em função da lei e das novas competências. Quanto às novas competências das freguesias, referiu a necessidade de fazer uma reunião com a Câmara e Juntas de Freguesia para este fim. Em relação ao PDM, disse estar na fase final, apenas falta o parecer do ICNF. Sobre construções em vias de legalização, existem algumas dúvidas, mas que se encontram disponíveis, através do Arquiteto Municipal, para qualquer esclarecimento. -----

Para falar da "Rodeirinha" passou a palavra ao **Vereador Ilídio Rodrigues**, com a devida autorização; que referiu já ter havido algumas tentativas para resolver o problema pois trata-se de uma via estreita, que na grande maioria do seu traçado não ultrapassa os 2/3 metros, embora nos locais onde já existe construção ela seja bastante larga (9/10 metros). No entanto, realçou que a mesma via já é servida em toda a sua extensão de rede de saneamento/rede de

12  
F. Couto  
A. B. J. J.  
F.

água. Todavia, disse: continuamos abertos ao diálogo mas não é algo que consideremos uma urgência sobretudo tendo em conta as dificuldades de diálogo com os proprietários num passado recente. -----

Entretanto abordou outro assunto, em relação à escola frisou ser o único que se preocupou com o assunto e o Sr. Presidente da Junta desde a primeira hora nada falou, espera que este agora mude a sua posição. -----

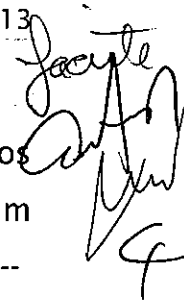
Tomou a palavra novamente o **Presidente da Câmara** que continuou a falar no assunto da Escola, informando que esta se encontra candidatada ao Quadro , como proposta de remodelação e posteriormente a instalação de alguns serviços. -----

Em resposta à deputada Ivete Martins, referiu que tenta sempre responder a todas as questões, e que se alguma dúvida fica, estará disponível para a receber na Câmara e prestar os esclarecimentos necessários. -----

Sobre a questão da Transparência, explicou que a página da Internet dos Municípios não é suficiente para avaliar o grau de transparência das Câmaras Municipais. Que o estudo diz ser apenas uma avaliação das páginas da internet. Depois, os meios de comunicação, é que utilizaram a questão da transparência para focar este assunto. Mostrou-se indignado e fizeram chegar esta indignação ao Governo, à própria Universidade, da sua utilização indevida. Explicou ainda que a falta de informação na página da Câmara se deve a um apagão que aconteceu e que diariamente estão a carregar as informações atrasadas, com a criação de nova página. -----

Sobre os investimentos candidatados ao Quadro Comunitário, referiu terem propostas específicas para cada uma das freguesias, e estão a aguardar para saber quais as aprovadas. Sabem também que não vai haver candidaturas para alcatrões, sendo que, têm que se socorrer apenas do orçamento da Câmara para esse fim. -----

Outro assunto questionado, foi sobre a Extensão de Saúde de Palaçoulo, disse ser um assunto que o preocupa, assim como as Extensões de S. Martinho e Sendim. Aguarda uma reunião com o Dr. Marçoa, diretor do ULS de Bragança, mas o que lhe diz sempre é que não tem médicos que queiram vir para o Concelho de Miranda do Douro. Logo que tenha essa reunião comunicará.



Decorrente da lei também se aguarda a transferência de competências dos Centros de Saúde para as Câmaras Municipais, mas ainda não há nada em concreto por parte do Governo. -----

**Alberto Martins**, Expos uma serie de necessidades dos utentes de Palaçoulo e refere que não questiona, mas solicita uma orientação por parte do Município. Que este deve tomar posições. -----

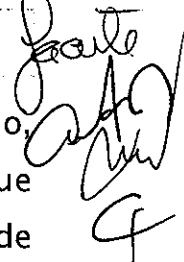
**Presidente da Câmara**, respondeu que até não ter respostas da ULS sobre as Extensões de Palaçoulo e Sendim, não tem forma de intervir nesta matéria. Neste momento diz haver um concurso a decorrer e teremos que aguardar se concorrem ou não para o Concelho. Que há um problema, os médicos não concorrerem para o interior do País. -----

Sobre os desprendimentos de terras na Estrada junto à Barragem, falou ser uma preocupação, e que já escreveram para a Estradas de Portugal, responsabilizando a mesma por qualquer dano ou prejuízo que venha acontecer, também qualquer tipo de limpeza ou manutenção ao longo dessa Estrada é da competência da REN. -----

**Manuel Gonçalves**, agradeceu o empenho do deputado Alberto Martins, na resolução do problema da Extensão de Saúde de Palaçoulo, e frisou que tanto o Município como a Junta de Freguesia tem as mesmas respostas. Informou que a população vai manifestar-se através de um Baixo assinado, como forma de protesto a favor da continuidade da Extensão de Saúde. -----

Relativamente ao problema das Extensões de Saúde do Concelho, o deputado **António Carção** propõe que se aprove uma Moção de Indignação e seja enviada à ULS, à ARS e ao Ministério da Saúde, o que foi aceite por unanimidade. -----

Moção de Indignação: A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no âmbito dos seus trabalhos, e relativamente à intermitência no funcionamento das Extensões de Saúde de Palaçoulo e São Martinho, vem apresentar uma



Moção de Indignação, face à quebra de regularidade do serviço. Assim sendo, fica também o apelo, para que com a maior brevidade possível, a situação fique regularizada com a respetiva colocação de médico nas duas extensões de Saúde. -----

Colocada a votação foi aprovada por unanimidade e enviada à ULS, à ARS e ao Ministério da Saúde. -----

**José Almendra**, perante a intervenção do Vereador Ilídio, não concorda com o que disse este. Relativamente à Escola, diz constar em ata da Assembleia de freguesia que concordou que a Escola saísse de lá, assume a sua responsabilidade. O que gostaria de saber é o que estão pensar fazer nesse Edifício. Quanto à “Rodeirinha” alertou, porque entende que é um problema para a Câmara por ter casos em justiça, e para saber se há possibilidades de o resolver. -----

**Vereador Ilídio Rodrigues**, terminou dizendo que a “Rodeirinha” fica fora da Zona Urbana do PDM. -----

### 3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 2014; -----

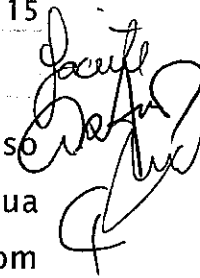
Foi presente a minuta da ata da sessão de 29 de setembro de 2014, para aprovação. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

O deputado **António Carção**, fez uma correção à ata na sua intervenção na página 11, o que foi aceite e corrigida, votando favoravelmente a mesma. ----

**Ivete Martins**: “Da leitura atenta da proposta de Ata identifiquei palavras do Deputado Cameirão a meu respeito. Apesar de ridícula a sua intervenção quero tecer os seguintes comentários: -----

O facto de pagar impostos é um problema seu e totalmente fora do contexto. É uma calinada que V.Exa. poderia ter evitado se tivesse formação ou se dedicasse a estudar. Não sei se percebeu que mencionei o custo, entre outros, que V.Exa. representa para o Município, pelo contrato de fornecimento



de serviços que este Executivo decidiu formalizar consigo. Entenda que posso questionar, no âmbito desta Assembleia, o custo, a utilidade e a sua capacidade de cumprir com tal contrato. Mencionei-o tal como ocorreu com outros na sua qualidade de fornecedores de serviços. Dou-lhe ainda nota de que V.Exa. citou um génio cuja complexidade de pensamento social e científico não está V.Exa. habilitado para interpretar e entender. Nessa citação meteu, claramente, os pés pelas mãos e certamente que se baralhou porque não tem nada a ver com nada. Recomendo-lhe que utilize ditos populares mais acessíveis ao entendimento da questão como por exemplo "...só não vê quem é cego ou não quer ver". Deixe-me ainda dizer-lhe que eu não ganho e não quero ganhar nada com a política e não sou fornecedor de serviços do município. Este facto distingue-nos à partida. -----

Por último dou-lhe nota de que insinuações sem factos são mentiras.-----

Por aqui me fico na expectativa de que tenha percebido e de que prove as insinuações e para que, todos, possamos concluir que não estamos perante mentiras". -----

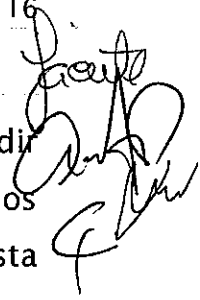
Não havendo mais intervenções, foi a ata de 29 de setembro colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções, nomeadamente dos membros, Ivete Martins, Carlos Macedo e José Pino, por não terem estado presentes. -----

#### **4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS, ANO DE 2015;** -----

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

O Presidente da Câmara informou que mantiveram esta taxa de 5%, como têm vindo a fazer nos últimos anos e solicitava a aprovação da Assembleia Municipal. -----

**Ivete Martins:** "Quero dizer que os Munícipes do Concelho pagam impostos como se fossem ricos e assistem a uma falta de pudor na gestão dos dinheiros públicos. É preciso que se encare em definitivo uma baixa de imposto no concelho para benefício de quem cá vive e que seja um atrativo para quem quer cá viver ou investir.-----



**António Carção**, é sua opinião, que este executivo tinha a opção de dividir os 5% pelos municípios, já que, o interior é altamente penalizado por todos os governos. Diz votar contra esta opção política da Câmara Municipal, por esta penalizar todos os mirandeses. -----

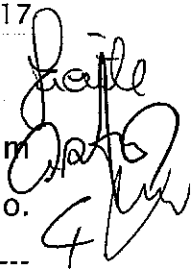
**Orlando Vaqueiro**, concorda com o que disse o deputado António Carção. Refere que todos os dias somos bombardeados com impostos, taxas e sobretaxas, e a Câmara não pode absorver todas as receitas dos Municípios, tem que dividi-las. Neste momento de crise é mais importante um cêntimo na carteira que uma obra bem feita, disse. -----

**Jacinto Afonso**, diz também ser contra, no entanto, refere que devido à situação financeira do Município, impõe-se que estejam solidários nestas propostas porque o Município está a viver uma situação de austeridade, e cada um individualmente, deve contribuir por tempo determinado, e manter estas medidas, de forma a conseguir um equilíbrio económico. Acredita que é difícil mas não é impossível, já foram dadas provas. -----

**Orlando Vaqueiro**, relativamente à intervenção do deputado Jacinto, disse que todos desejam que a situação financeira da Câmara esteja equilibrada, pois só assim conseguem executar obras. Contudo, as obras só são necessárias se houver pessoas. É de opinião que deve haver uma divisão da taxa de IRS não uma retirada dos fundos ao Município. -----

**Presidente da Câmara**, frisou que era vontade da Câmara não cobrar impostos, mas que encontraram a Câmara numa situação falida. Tomaram a decisão de recorrer ao PAEL e para isso tiveram que consignar receitas, ou seja, tiveram que fazer um plano de receitas enquanto haja PAEL, e não aumentaram impostos, mas sim mantiveram os que tinham, e solicita à Assembleia a manutenção das taxas que se comprometeram enquanto houver PAEL. -----





**Vereador Ilídio Rodrigues**, deu um exemplo concreto do valor que um município deixa de receber de IRS e o que isso pode favorecer o Município. Pensa que é uma ação populista. -----

**António Carção**, refere que o arrecadar deste imposto já vem anterior ao PAEL, e nunca ouviu ao Presidente da Câmara que para aderir ao PAEL teriam estas ou aquelas vantagens. -----

**Presidente da Câmara**, respondeu que o deputado António Carção não aprofunda os assuntos, porque vem discriminado o que estava implícito no PAEL. Informou ainda que na prestação de Contas também vem discriminado o que se recebeu do IRS. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com sete votos contra, dos membros, António Carção, Hermínia Fernandes, André Pires, Ezequiel Raposo, Mário Torrão, Ivete Martins e Alberto Martins e duas abstenções, dos membros, Orlando Vaqueiro e Gonçalo Santos por não ter estado presente na votação do PAEL, uma participação variável de IRS de 5% para o ano de 2015. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

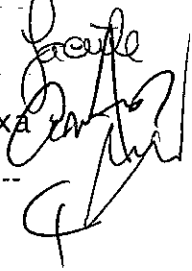
#### 5. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (ANO DE 2015); -----

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os membros: -----

**José Almendra**, pensa que o que a Câmara vai receber, deveria ser recebido pelos proprietários, como não é possível, deixa o apelo para que essas taxas sejam empregues nas freguesias por onde passam. -----

**Presidente da Câmara**, explicou que esta taxa tem a ver com a rede móvel que passa no nosso conselho. Veio informar que há uma proposta por



parte da Associação Nacional de Municípios, ao governo, para que essa taxa repercuta nas operadoras e não nos utilizadores. -----

**Orlando Vaqueiro**, lamenta que a Câmara esteja a fazer o mesmo que o governo, com o arrecadar de impostos e taxas. Diz que aqui também se discutem opções políticas, também se discutem sensibilidades sociais, sendo a social a primordial de uma instituição, pensa que as opções têm de ser tomadas priorizando as pessoas. -----

Não havendo mais inscrições, foi o assunto colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com cinco votos contra, dos membros, António Carção, Mário Torrão, Hermínia Fernandes, Ivete Martins e André Pires, e duas abstenções dos membros, Alberto Martins e Orlando Vaqueiro, o percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

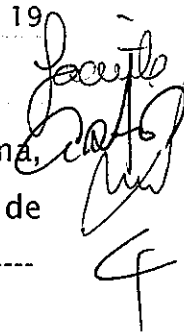
#### **6. DERRAMA PARA VIGORAR EM 2014;** -----

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os membros: -----

**Jacinto Afonso**, voltou a referir que se é para recuperação económica do Município, devem todos fazer um esforço. -----

**António Carção**, disse que é mais um imposto, e, se antes havia poucas empresas abrangidas, este ano, com o combate à fuga de impostos, abrange muitas mais, aproximadamente duas dezenas, ou seja, vão pagar mais empresas Derrama, desde que ultrapassem os 150.000,00 € de faturação. Gostava de saber o parecer da ACIMD, sobre este assunto, já que, estas empresas pagam a água mais cara no Concelho. -----



**Alberto Martins**, pediu esclarecimento sobre a incidência da derrama, se é sobre o lucro das empresas ou sobre o volume de vendas, o volume de faturação ou o lucro tributável. -----

**O Presidente da Câmara** respondeu que é sobre o lucro tributável. -----

Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à votação deste assunto, tendo sido aprovado por maioria, com seis votos contra, dos membros António Carção, André Pires, Hermínia Fernandes, Mário Torrão e Ivete Martins, e uma abstenção do deputado Alberto Martins, as seguintes taxas: -----

-Normal, até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável, nos termos do nº 1 do artigo 18º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, -----

-Reduzida, até ao mesmo limite, mas inferior à anterior, para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000,00 €, nº 4 do artigo 18º da citada Lei. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

## **7. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS A LIQUIDAR EM 2015;**

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveu-se apenas o deputado **António Carção**, deixou uma palavra de satisfação, por não ter aumentado, já que este não é uma vontade política, é uma obrigação. Alertou o Presidente da Câmara para que, se houver alterações, que pense primeiro nas pessoas e depois na Câmara Municipal. -----

Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à votação deste assunto, tendo sido aprovado por maioria, duas abstenções dos membros Alberto Martins e Ivete Martins, a aplicação das taxas com os seguintes valores:

-Prédios rústicos: 0,8%; -----

-Prédios urbanos: 0,5%; -----

-Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%;-----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

**8. MAPA DE PESSOAL, ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015. ANÁLISE E APROVAÇÃO;** -----

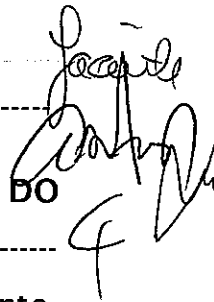
O **Presidente da Câmara**, fez uma breve apresentação deste documento, salientando a prioridade de resolver o problema do abastecimento de água e saneamento no Concelho, principalmente na zona Norte. Também querem contemplar as pavimentações possíveis, já que no Quadro 20/20 não contempla as mesmas. Defende ser um documento rigoroso e com preocupações, além das que falou, também a nível da educação e ação social. Terminou dizendo que o Mapa de pessoal não foi alterado e que o orçamento está ajustado às necessidades.-----

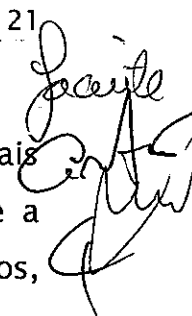
**José Almendra**, é sua opinião que o PDM é o problema mais importante para o desenvolvimento do Concelho, no orçamento deviam estar previstas mais situações do PDM. -----

Quanto ao aspeto técnico, referiu que está melhor, o que quer dizer que é mais rigoroso e transparente, um orçamento que reduziu 1.036,000,00 €, está mais realista, muito melhor. -----

Quanto ao aspeto político, verificou que a referida redução se reflete nos apoios do Município para a economia local e sobre os planos plurianuais, com uma diminuição de 725.000,00 €. Questiona se essa diminuição não podia ter sido feita noutros setores. No que toca às transferências para as Juntas de Freguesia, frisou que fossem atribuídas as verbas que estão inscritas no orçamento. Em relação às ações de investimento diz não ter sofrido alterações significativas em relação ao ano passado, e nas verbas para o Turismo está pior, houve também diminuição na saúde e no ensino. -----

Como Presidente de Junta, refere que não tem razão nenhuma para duvidar que a Câmara saberá bem utilizar as verbas que não estão especificadas, e continuar a dar o benefício da dúvida. -----





**António Carção**, refere que a Câmara tornou um orçamento mais realista, sob o peso do não cumprimento do PAEL. Segundo a sua análise a Câmara ainda não pousou os pés na terra, referiu que para vencimentos, empréstimos e juros vai metade do orçamento, ficando com muito pouco dinheiro para gastar. Disse: as obras são as mesmas do ano passado. Os impostos não geram muita receita. A gestão corrente tem que ser alterada, com o combate ao desperdício. A Câmara se não tiver fundos próprios não tem forma de se candidatar às obras comunitárias. Deu alguns exemplos onde a Câmara podia cortar em despesas. Quanto às Juntas de Freguesia, é da opinião que além das verbas a atribuir devia haver outra rubrica para protocolos. Perante o exposto disse votar contra este orçamento. -----

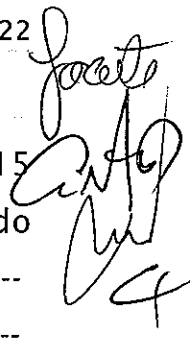
**Ivete Martins**: “Neste âmbito e para que os Senhores deputados Municipais entendam a situação vou tentar resumir os meus comentários sendo que estou totalmente disponível para discutir em detalhe participando nos debates que sobre o tema eventualmente se possam organizar.-----

Concluo que este instrumento de gestão no caso em apreço é mera formalidade processual com pouco valor quando avaliado á luz da necessidade absoluta de ter um documento estruturante, aglutinador e consensual para resolver os problemas do Concelho e promover o seu crescimento e desenvolvimento. Para justificar esta minha conclusão invoco que o Orçamento atual vai na sua 22ª Modificação (curiosamente a convocatória só refere 2ª Revisão). De facto prognósticos só no fim de jogo.-----

Mas vejamos alguns comentários:-----

Redução do Orçamento de 2015 e Inconsistência na informação:-----

O valor global registado no orçamento para 2015 é de 10, 8 Milhões de euros (aproximadamente 1,5 Milhões/ou 2,1 Milhões de Euros menos do que em 2014). De salientar que o valor global do orçamento de 2014 é de 12,3 Milhões de Euros conforme registado no documento do orçamento de 2014 e de 12,9 Milhões de Euros conforme registado no documento de Modificação/ revisão constante do ponto 9 da agenda desta Assembleia. Afinal em que ficamos? -----



De qualquer forma registamos um decréscimo no orçamento de 2015 que era expectável. A austeridade vai bater, definitivamente, à porta do Município de Miranda.-----

Apreciação Global:-----

A retórica constante do Orçamento de 2014 é a mesma que consta do documento do orçamento para 2015. As mudanças exclusivamente se referem aos valores sendo que o resto é praticamente uma cópia do que foi apresentado para 2014. Podem comprovar. De qualquer forma, fica provado que li a documentação recebida porque para além de algumas imprecisões de retórica detetei que o total do quadro da pág. 16 está errado (soma 1.842.275,42 quando deveria ser 1.862.275,42 Euros para ser coerente com o resto do texto). A recessão toca a todos e vai inevitavelmente chegar em 2015 ao Município de Miranda. Recebe-se menos pelo que necessariamente vai ter que se gastar menos.-----

Do lado das receitas vemos que o MUNICIPIO e apesar da contenção por via da Austeridade que todos sofremos mantem, as Receitas correntes praticamente ao mesmo nível do ano anterior. A queda está no que globalmente podemos afirmar que se referem a uma baixa das participações de projetos que este Executivo não foi capaz de continuar a captar. Do lado das despesas uma redução é inevitável e o Município vai ter que poupar não gastando.-----

Neste orçamento não há qualquer ideia ou projeto inovador que possa fazer a diferença e vá ao encontro dos verdadeiros problemas do Concelho. O Senhor Presidente do Município, como já tive oportunidade de lhe dizer, está a perder o momento adequado para renegociar a dívida bancária e reduzir o serviço da dívida. Alerto-o para o facto de o BCE ter atualmente as mais baixas taxas de juros da sua história o que daria folga para baixar as taxas de juros dos empréstimos que V.Exa. contraiu junto da Banca. Vai perder a oportunidade porque esta conjuntura não irá perdurar indefinidamente por isso deveria atuar de imediato em conformidade.-----

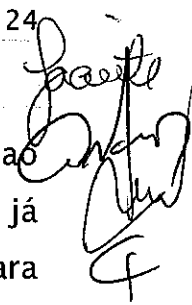
**Presidente da Câmara**, informou que a Câmara neste momento só pode incorrer em empréstimos e só pode rever taxas com autorização expressa do Tribunal de Contas. Quanto ao corte nas funções económicas não tem a ver expressamente na economia do concelho, tem a ver com investimento no concelho, e isso porque têm muitas dúvidas com o que vai acontecer com o Quadro 20/20, o que vão financiar para as Câmara Municipais e Juntas de Freguesia, por tal motivo não foram inseridas no orçamento políticas de investimento, assim como, não poder assumir nenhum compromisso em matéria de investimento com as mesmas. Em relação a diminuir despesa, disse que há serviços mínimos que têm que cumprir e as Câmara estão com dificuldades em contratar pessoal para áreas específicas, estando limitados nessa matéria. Deixa um agradecimento aos funcionários da Câmara, porque têm sido excecionais no seu trabalho, na sua compreensão, porque sem a boa vontade deles não era possível chegar tão longe como chegamos em matéria de cumprimento. Cada vez estão a fazer mais e melhor. -----

**António Carção**, referiu-se à intervenção da deputada Ivete Martins, sobre a renegociação das taxas de juros dos empréstimos, e frisou que se for possível, deve avaliar a situação. Concorda com o elogio que o Presidente da Câmara fez aos funcionários, mas afirmou que há técnicos que estão a ser desaproveitados, e há outros de fora, a fazer o trabalho deles. -----

**Ivete Martins**, "Sr. Presidente, já pediu autorização ao Tribunal de Contas para renegociar as taxas de juro? Como o Sr. Presidente disse que precisava de autorização.-----

Sr. Presidente as taxas do BCE (Banco Central Europeu), serve de referência para os empréstimos contraídos junto dos Bancos, mas o Sr. como Economista que é, deve saber isso melhor que eu.-----

As taxas do BCE estão nos valores mais baixos de sempre, o Sr. Presidente sabe também como eu que o Município de Miranda do Douro tem empréstimos em que a taxa é de 2,55% e os dois empréstimos de Médio e Longo Prazo que foram contraídos pelo atual executivo junto da Caixa Geral de



Depósitos e da Caixa de Crédito Agrícola Mútua a taxa é de 6,5%, eu pedia ao Sr. Presidente, peça a renegociação das taxas, dos 2 empréstimos. Porque eu já fiz as contas e com a renegociação das taxas dos 2 empréstimos, daria para aliviar os impostos cobrados pela Camara Municipal de Miranda do Douro aos Mirandeses. -----

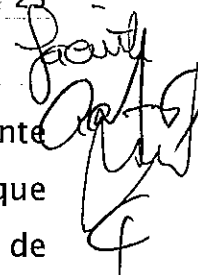
**Presidente da Câmara**, estranha como as informações vêm para o exterior, quando oficialmente não foram comunicadas. Confirmou que o Tribunal de Contas felicitou a Câmara pela boa gestão financeira e abriu a possibilidade de renegociar as taxas de juro. Já procederam em conformidade e irão fazer um melhoramento das taxas, para que haja uma poupança dos juros da Câmara Municipal para o ano de 2015. Frisou que está a cortar em despesas, e que se poupou mais de 1.000.000,00 € por ano, que vão ver isso refletido em pormenor na prestação de contas em Abril. -----

**António Carção**, perante a informação prestada agora, pelo Presidente da Câmara, sente-se ofendido, e não se admira por a Câmara ser acusada de falta de transparência, porque quando anteriormente a deputada Ivete sugeriu uma renegociação das taxas de juro, foi-lhe respondido que só poderiam ser revistas com a autorização do Tribunal de Contas, e que vem responder agora já estar a ser feito. Frisou que a Assembleia tinha o direito de saber.-----

**Ivete Martins**, voltou a intervir para dizer que desde inicio se debate com as taxas de juro, e o Presidente da Câmara teve a pouca vergonha de dizer que o Tribunal de Contas é que autorizava, e nada disse que já tinha pedido a revisão das taxas. Pensa que não procedeu bem. -----

**Presidente da Câmara**, diz sentir-se ofendido pelo deputado Carção pela forma como se dirigiu à sua pessoa, assim como pela deputada Ivete Martins, referiu que as suas declarações não foram nesse sentido, disse não estar aqui com poucas vergonhas nem para ofender ninguém. Esclareceu que o processo ainda está em fase de preparação para renegociação de taxas, e ficou





surpreendido como algumas pessoas têm informação privilegiada relativamente a uma informação interna, de gestão corrente da Câmara Municipal. Frisou que qualquer alteração de taxas será comunicada a esta Assembleia, depois de estar concluído o processo. -----

**Alberto Martins**, usou da palavra para dizer que o orçamento é uma peça, em que as opções políticas estão refletidas, não concorda mas respeita, e entende que quem governa tem o direito de escolher, peca pela sua ambiguidade, parece-lhe que o processo está invertido, porque é sua opinião que, primeiro se deve fazer uma auscultação das necessidades do Concelho para posteriormente as refletir na atuação do investimento, que o Município pretende fazer. Concorda que o orçamento deve ser participado porque tem gente com capacidades para ver as necessidades do mesmo e pode dar o seu contributo. -----

Não havendo mais intervenções, foi o Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015, colocado a votação tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos membros, António Carção, Ivete Martins, Alberto Martins, Mário Torrão, Hermínia Fernandes e André Pires. -----

Foi ainda deliberado aprovar este assunto em minuta. -----

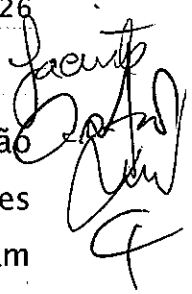
**9. 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2014;** -----

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Inscreveram-se para intervir os seguintes membros: -----

**António Carção**, convidou a todos a lerem a ata de aprovação deste orçamento há cerca de um ano e ter dito que o mesmo teria que vir novamente à Assembleia porque não era realista, porque havia o PAEL com os 85% de execução. -----

**Carlos Ferreira**, não entende porque se debatem tanto com estas questões já que as revisões orçamentais são uma ferramenta dos gestores. No



entanto lembrou que, quando não havia PAEL, também outros executivos, não eram obrigados a ter execuções de 85% como agora, onde haviam execuções inferiores a 55%, e todos os anos se apontava isso e todos os anos se cometiam os mesmos erros. Refere que são mecanismos que o legislador dá, para fazer algo. -----

Não havendo mais intervenções, foi a 2ª Revisão Orçamental do ano de 2014, colocada a votação tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos membros, António Carção, Ivete Martins, Alberto Martins, Mário Torrão, Hermínia Fernandes e André Pires. -----

Foi ainda deliberado aprovar este assunto em minuta. -----

**10. AUTO DE CEDÊNCIA E DE ACEITAÇÃO, A CELEBRAR ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS, ATRAVÉS DA DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS E O MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO; -----**

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação da Técnica Superior Jurista. -----

O **Presidente da Câmara** informou que solicitaram ao Ministério das Finanças a cedência da antiga Prisão e Casa do Carcereiro para poder instalar as Associações e alguns serviços da Câmara, nomeadamente a jardinagem, no entanto impuseram um valor e a Câmara aceitou. Justificou o espaço ser no Centro Histórico e assim poder ser melhorado, dignificado e utilizado por todos. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros: -----

**António Carção**, fica perplexo com esta atitude, pois querem alugar um edifício ao lado da Casa dos Magistrados que está vazia. São mais 4.000,00 € por ano, diz, é mais despesa para a Câmara.-----

**José Almendra**, quanto a este assunto, acha ser um mau negócio para a Câmara, concordando com o deputado Carção que a Casados Magistrados é da

Câmara e este em causa será sempre da Direção Geral do Tesouro e Finanças. É sua opinião que isto não vai trazer nenhum benefício para o Concelho. -----

**Mário Torrão**, sobre este assunto, embora pense não se tratar de um montante excessivamente elevado, pediu esclarecimentos sobre os seguintes aspetos:-----

Se nos vários imóveis pertença da Câmara, localizados na cidade, não existe nenhum outro, que possa afetar-se aos serviços que a Câmara ali pretende instalar, como o Presidente da Câmara referiu. -----

Se foi feita procura no mercado local de arrendamento imobiliário privado, com vista não só à redução de custos, mas também na perspetiva que o produto da renda fosse conduzido para a economia local. -----

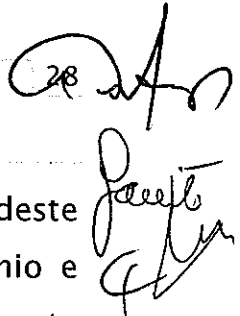
Questionou ainda se este arrendamento ao estado, tem ou não a ver com compromissos assumidos pela autarquia, para com o Ministério da Justiça, em função da implementação do novo mapa judiciário, ou das exceções introduzidas na sua aplicação na parte que a Miranda diz respeito. -----

**Ivete Martins**: “Pareceu-me ter lido na proposta apresentada que o Senhor Presidente se propõe pagar ao Estado aluguer mensal e ao longo de 10 anos pela antiga cadeia de Miranda. Eu, fico sem palavras e não estou sequer a pensar nos a 335 Euros (atualizáveis) que o município vai ter de pagar mensalmente. Pergunto:-----

Ao contrário do que propõe seria razoável neste caso ser o Estado a pagar alguma coisa ao município por este assegurar a manutenção e o uso racional do espaço. -----

Mas que uso vai ser dado ao espaço? Não seria mais razoável pegar nesse valor e ajudar uma família carenciada todos os meses?-----

**Orlando Vaqueiro**, é sua opinião que ficou bem plasmado, que a oposição tem informação privilegiada daquilo que se passa na gestão da Câmara Municipal e lamenta que a bancada que suporta o executivo não tenha acesso a essa informação. -----

28  


Quanto a este assunto, diz que há hipóteses de negociar a renda deste imóvel. Também pensa que a Câmara pode rentabilizar o seu património e dispensar este arrendamento. Não percebe o fim a que se destina este arrendamento. -----

**António Carção**, falou em defesa da honra da bancada do PSD, lamenta o que ponham em causa a honestidade do grupo parlamentar do PSD e dos funcionários da Câmara Municipal. Frisou que esta, não teve qualquer tipo de informação privilegiada, e que o assunto foi levantado porque ele próprio interpelou a situação e o Presidente da Câmara não respondeu de início da mesma forma, colocando insinuações graves, tendo o deputado Orlando Vaqueiro repetido essas mesmas insinuações. -----

**Orlando Vaqueiro**, referiu que assume inteiramente e repetiu que ficou admirado com a intervenção da bancada do PSD fez e que o leva a pensar que é detentora de informação privilegiada. Terminou com a frase - a verdade é como a arte, depende dos olhos de quem a vê. -----

**Presidente da Câmara**, respondendo ao deputado Torrão, disse que foi uma negociação autónoma e que já há alguns anos que a Câmara pediu aquele espaço, para diferentes fins. Quanto à Casa dos Magistrados não é adequada para serviços, já que são duas habitações, não serve muito mais dos que para albergar. Falou que negociaram o valor porque no início era mais alto. Explicou que vão tentar repercutir esta renda na cedência daquelas instalações e assim a Câmara não sair prejudicada em matéria financeira. -----

**Mário Torrão**, não ficando esclarecido repetiu as questões colocadas anteriormente. -----

**Presidente da Câmara**, respondeu que é um processo que já vem de 2010, e por ser um espaço central, no Centro Histórico com aquelas dimensões

e com aquelas características foi solicitado à Direção Geral do Tesouro para permitir a instalação de alguns serviços e de algumas Associações. -----

Não havendo mais intervenções, foi a o Auto de cedência e de aceitação acima referido, colocada a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 10 votos contra dos membros, António Carção, Ivete Martins, Alberto Martins, Mário Torrão, Hermínia Fernandes, André Pires, José Almendra, Gonçalo Santos, Norberto Ferreira e Ezequiel Raposo. -----

Foi ainda deliberado aprovar este assunto em minuta. -----

**11. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTE AO AJUSTE DIRETO - ESTRADA MUNICIPAL PICOTE A VILA CHÃ;**

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação formulada pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Não havendo quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi a Assunção de Compromissos Plurianuais, referente ao ajuste direto da Estrada Municipal Picote a Vila Chã, colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**12. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTE AO AJUSTE DIRETO - ESTRADA MUNICIPAL 1128;**

Relativamente ao assunto supracitado, foi presente a informação formulada pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Não havendo quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi a Assunção de Compromissos Plurianuais, referente ao ajuste direto da Estrada Municipal 1128, colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**13. PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.;** -----

Relativamente ao assunto supracitado, o Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre o mesmo, explicando a necessidade de tomar

30  
F. Couto  
F. M.

decisões sobre a empresa municipal. Informou que há uma obrigação legal de alienação do capital da mesma com a autorização prévia da Câmara e Assembleia Municipal, para poder assegurar os serviços do Matadouro Municipal. Referiu as três opções para alienação, designadamente, a internalização; atribuir a gestão do Matadouro a uma entidade já criada, que já exista, através de um protocolo com a Câmara Municipal e a terceira opção seria a constituição de uma entidade em que a Câmara não podia participar, uma entidade nova que faça a gestão do Matadouro independente, sem a integração nos seus órgãos por parte da Câmara Municipal, com a celebração de um protocolo em parceria com a Câmara e essa entidade, solicita assim a autorização da Assembleia para alienação da empresa municipal e assim decidirem o futuro da mesma. -----

Abertas a inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----

O deputado **António Carção** questionou o que seria alienação de capital. -

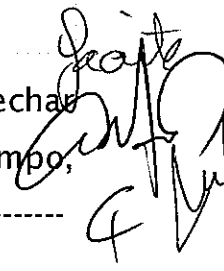
O **Presidente da Câmara** respondeu que é colocar a empresa no mercado para saber se há interessados que possam comprar a empresa. -----

O deputado **António Carção** perguntou o que faz parte do capital da empresa, à qual o **Presidente da Câmara** respondeu que as instalações e as viaturas não fazem parte, por serem propriedade da Câmara. O que está contabilizado, é um conjunto de materiais, como máquinas, equipamentos, móveis e tudo isto tem um valor mais o capital social, vai ter que ser feita uma avaliação do património por um consultor externo para a colocar à venda. -----

O deputado **António Carção** referiu que a resposta do Presidente da Câmara, na sua opinião, é bom e é mau, porque se é para continuar o Matadouro, concorda, no entanto quer alguns esclarecimentos. Porque se esperou tanto para trazer este assunto à Assembleia, quando a Lei já é de 2012 e é clara. Se não fez nada foi por negligência, e é grave porque corre o risco de -----

Sessão de 28 de novembro de 2014

fechar como referiu o JN há dias, que 30 empresas municipais que iriam fechar por terem ignorado a lei. Pensa que foi negligencia ter esperado tanto tempo, porque aquilo que se está a fazer agora devia ter sido feito há dois anos.-----



**José Almendra**, é de opinião que a empresa Municipal começou mal, continuou mal e agora tem que se resolver uma situação da melhor maneira. Diz ter começado mal, porque nem o próprio vereador da época, não sabia que as viaturas não pertenciam à empresa. Referiu que esta Câmara em 2012 deveria tentar resolver o problema, e deixou arrastar a situação. Agora existe um problema maior que tem de ser resolvido. -----

**Ivete Martins disse:** Este tema é preocupante. Tal e como consta de intervenções minhas, registado em atas anteriores, era previsível este desfecho. O Senhor Presidente tem o dever de nesta Assembleia nos dar nota da situação real do estado desta empresa. Estamos perante uma realidade que ao longo dos anos tem servido o Concelho e vai este Executivo ser o coveiro de uma realidade que seria de cuidar e preservar. Em tempos não muito distantes convenceu o povo de Miranda e alguns dos Deputados desta Assembleia que o tema estava resolvido sendo que era visível que as suas soluções e propostas não tinham consistência e racionalidade pelo que inviáveis. As disposições legais aplicáveis á situação têm de ser cumpridas e destaco à insuficiência de capitais próprios porque V.Exa. não cumpriu com o aumento de capital que esta Assembleia Municipal lhe aprovou. É preciso que os Senhores Deputados deixem de pensar nas cores partidárias e em consciência votem contra esta proposta porque é o superior interesse do Concelho que está em jogo. -----

Requer agora o Executivo autorização para privatizar esta empresa. Em consciência e tal como o fiz em sessões anteriores deixo o alerta. Entendo que devem concordar comigo no que se refere à dificuldade de encontrar um investidor privado que, de um momento para o outro assuma um conjunto de encargos fixos elevados, e seja capaz de manter a viabilidade da empresa. Se persistirem nesta solução desejo que este processo seja desde início perfeitamente transparente. -----

Tenho presente a aprovação desta AM para aumentar o capital e transformar em S.A. e vê-se agora que a montanha pariu um rato e nada disso foi feito porque não tinha cabimento. Sabemos que está agora o Executivo confrontado com a urgência do fecho de contas no final do ano e tem esta situação por resolver. -----

O deputado **Orlando Vaqueiro** dirigindo-se ao deputado António Carção mencionou que a Câmara da altura a que o mesmo pertenceu, com o intuito, e aí está de acordo, de preservar o Matadouro, criou a empresa municipal. Explicou que a Câmara a título gratuito disponibilizou-se a fornecer os bens de uso, ou seja, os imóveis e os veículos. Além do mais, acrescentou, que a alienação pode ser gratuita e neste caso é gratuita e a venda tem que ter um preço. Agora a Câmara depara-se com um problema, com a nova legislação. Será que a própria empresa consegue realizar proveitos para cobrir custos, pergunta. -----

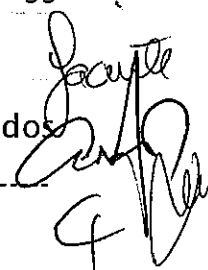
Neste momento foi dada a palavra ao **Vereador Ilídio Rodrigues** que disse não ser nenhum *expert* na matéria mas que se informou quando a lei saiu, e a Câmara teve a preocupação de tentar a todo o custo, sabendo que provavelmente podia não ter êxito, pedir esclarecimentos ao Tribunal de Contas sobre a situação, que vem dizer que os três anos consecutivos com prejuízo a empresa tem que encerrar, ou seja 2009, 2010 e 2012. A partir daí estudaram-se as hipóteses para resolver o problema. E do seu ponto de vista pessoal e político o que quer, assim como o anterior executivo, é que o Matadouro não encerrasse, que continue a funcionar para bem de todos, e que a internalização parece-lhe ser a melhor solução. -----

O deputado **António Carção** aludiu que a intervenção do Vereador Ilídio o deixou mais tranquilo e esclarecido, ao contrário do que disse o Presidente da Câmara. Frisou que o Executivo anterior, do qual ele fazia parte, cumpriu as regras da época. Terminou dizendo que a Câmara pode contar com a colaboração do grupo parlamentar do PSD para conseguir resolver este



Sessão de 28 de novembro de 2014

assunto, no entanto, solicita à Sr. Presidente da Assembleia, a data dos esclarecimentos prestados pelo Tribunal de Contas. -----



Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado a votação, foi a Proposta de Transformação da Sociedade Miranda Cultural e Rural, E.M., aprovada por maioria com 3 abstenções, nomeadamente dos membros, Ivete Martins, Alberto Martins e Hermínia Fernandes. -----

Foi deliberado ainda aprovar este ponto em minuta. -----

#### 14. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

O Presidente da Câmara prescindiu da palavra e foram abertas as inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito apenas a deputada **Ivete Martins** que disse: -----

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirando do Douro, a minha motivação fundamenta-se no meu interesse em defender os superiores interesses do Concelho e o bom nome deste Município. Neste enquadramento quero-lhe expressar os seguintes temas que selecionei, porque no seu relatório têm uma referência pouco esclarecedora ou omite-os:-----

Pergunto: as contas do Município inclui a dívida à Associação do Douro Superior? Se sim desde quando foi decidido proceder à sua contabilização? Comunique a esta Assembleia como está este processo e como vai pagar a dívida, que contraiu, de cerca 85 Mil Euros. Este Executivo é responsável por ter aderido a esta Associação e agora, parece, que quer anular a sua participação. Qual foi a utilidade de pertencer a esta Associação e para quê que se gastou este dinheiro? É este Executivo o único responsável por mais esta trapalhada. ---

Reclamo a informação sobre processos em contencioso e que carecem de ser apresentados a esta AM. Compete ao Senhor Presidente comentar o risco associado a cada processo e neste caso deixo-lhe o registo de que o processo 942010 cujo autor é o ICBN (?) e que tem associado um valor de ação/coima a determinar no intervalo de 200.000,00 Euros a 2.544.690,00 Euros precisa de explicações adicionais pelo risco que aparentemente tem. De que se trata e

Sessão de 28 de novembro de 2014

que risco tem inerente? (Informação recolhida na página 26 dos documentos referentes ao Orçamento de 2015).-----

Nota Final: Como tenho vindo a revelar. A situação financeira do Município, considero-a débil e precisa de ter um acompanhamento muito cuidado ao longo dos próximos exercícios. Os Municípes esperam o contributo deste Executivo Município por via redução da tributação de impostos, que está dependente das suas decisões.-----

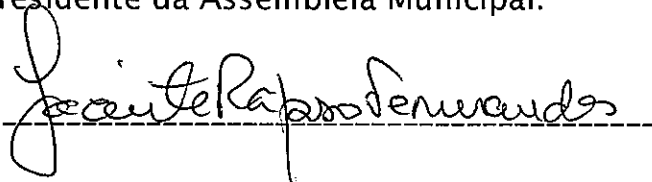
Não há dúvida de que este Executivo deve cumprir escrupulosamente com o que assinou e acordou e passar a fazer uma gestão racional dos recursos que gere. -----

A esta A.M. peço o contributo imparcial dos Deputados perante os dados concretos da realidade do Município e de tudo o que com ela se relaciona. Desta forma as questões de natureza pessoal deverão ser evitadas. O nível das intervenções e a qualidade das Atas deveria ser substancialmente melhorado. Estes dois aspetos são o espelho da realidade e capacidade dos representantes do povo do Concelho.-----

A leitura e a análise dos Documentos publicados são hoje, como se sabe, objeto de análise intensa pelo que, haverá que cuidar dos modos e do conteúdo. Estas melhorias contribuiriam também para tirar o Município de Miranda da cauda da classificação quanto à transparência.”-----

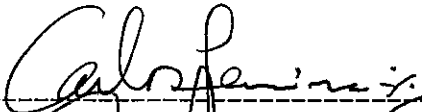

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pede desculpa pela exaltação nesta assembleia e desejar a todos um boas festas a todos, agradecendo a presença e as palavras dos intervenientes, dando por concluída a sessão, eram 14.30 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

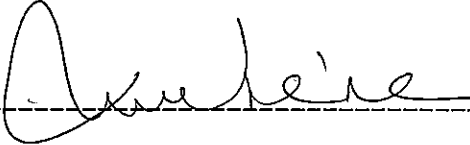
  
-----



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

  
-----  
  
-----

O Secretário da Sessão:

  
-----